



Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 22 de outubro de 2020

Ao vigésimo segundo dia, do mês de outubro, de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONSIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 – Aprovação da ata da 17ª (décima sétima) reunião; -----
- 3 – Aprovação dos relatórios de execução da ENICC referentes a 2017 (dois mil e dezassete), 2018 (dois mil e dezoito) e 2019 (dois mil e dezanove); -----
- 4 – Balanço da execução da ENICC para o ano de 2020 (dois mil e vinte); -----
- 5 – Apresentação da “EU Roma Strategic Framework for e Equality, Inclusion and Participation for 2020-2030”; -----
- 6 – Ponto de situação dos projetos em curso apoiados pelo ACM; -----
- 7 – Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta-comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONSIG. Esteve também presente, por parte do ACM I.P., a Diretora do Departamento de Apoio à Valorização da Diversidade, Luísa Malhó. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Maria Inês Carapinha, Berill Baranyai e Teresa Vieira. -----

Estiveram presentes na reunião os/os seguintes conselheiros/as do CONSIG: -----

Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora da Observatório das Comunidades Ciganas; Maria José Vicente - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas – EAPN; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Alexandra Castro - Investigador/a com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ISCTE; Prudêncio Canhoto - Representante de associações representativas de pessoas ciganas – Associação de Mediadores Ciganos de Portugal; Sónia Matos - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas; Luís Romão - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Sílabo Dinâmica - Associação Intercultural; Noel Gouveia - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Agarrar Exemplos – Associação e Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas; Osvaldo Grilo - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de



Coimbra; Vítor Almeida - Representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Fábio Carreto - Representante da Polícia de Segurança Pública, em substituição do Conselheiro Hugo Guinote; Luís Macedo e Sousa - Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais; Paula Carvalheira - Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Alexandra Botelho - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Aida Brito - Representante da Direção-Geral da Educação, em substituição da conselheira Lina Varela; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Ana Carla Assunção - Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.; Adélia Costa - Representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.; Maria João Almeida - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P., em substituição da conselheira Sofia Borges Pereira; Teresa Ferreira - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em substituição da conselheira Rosário Farmhouse; Rita Mendes - Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; Melanie Silva - Representante do Governo Regional dos Açores, em substituição do conselheiro Paulo César Câmara Teves; Mariana Luísa de Aragão Gouveia Bettencourt - Representante do Governo Regional da Madeira; Anabela Freitas - Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses.- A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas catorze horas e 40 minutos, quando a coordenadora do NACI contabilizou a presença de dezoito conselheiros/as (metade do número total de conselheiros/as). -----
Deu-se início ao ponto 1 da reunião com a aprovação da ordem de trabalhos enviada no dia 7 de outubro de 2020. A Sra. Alta-comissária pediu que se acrescentasse um ponto à ordem remetida, neste caso, a introdução de um ponto referente ao Balanço da Execução da ENICC para o ano de 2020. -----
Não existido qualquer objeção, a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----
De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2, com o objetivo de aprovar a ata da reunião anterior, tendo esclarecido que foram integrados os comentários enviados pelos/as conselheiros/as representante da Direção-Geral da Educação e pela Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, sendo todos as restantes alterações ao nível linguístico e formal. -----
Relativamente ao ponto 3, que tinha como intuito a Aprovação dos relatórios de execução da ENICC referentes a 2017 (dois mil e dezassete), 2018 (dois mil e dezoito) e 2019 (dois mil e dezanove), a Sra. Alta-comissária deu a palavra à coordenadora do NACI Marisa Horta que referiu que o NACI recebeu contributos para a revisão destes relatórios por parte da representante da Direção Geral da Educação, Lina Varela, da representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Teresa Ferreira, da Coordenadora do OBCIG, Maria José Casa-Nova e do representante da Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos, Francisco Monteiro.-----



A Sra. Alta-comissária pediu que quem não concordasse com estas alterações nos relatórios que se pronunciasse, não havendo ninguém que o fizesse. Deu-se assim por aprovados os relatórios de execução da ENICC referentes a 2017 (dois mil e dezassete), 2018 (dois mil e dezoito) e 2018- 2019 (dois mil e dezanove).-----

De seguida a Sra. Alta-comissária iniciou o ponto 4 da ordem de trabalhos, com o Balanço da execução da ENICC para o ano de 2020 (dois mil e vinte), recordando que a ENICC tem 8 (oito) objetivos estratégicos, 17 (dezassete) objetivos específicos, 44 (quarenta e quatro) medidas e 148 (cento e quarenta e oito) indicadores.-----

Foi posteriormente apresentado um quadro com os indicadores e metas para 2020 (dois mil e vinte) e a sua execução até ao momento (quadro em anexo na apresentação).-----

Na sequência da apresentação do quadro acima mencionado, a Sra. Alta-comissária deu a palavra a todos/as os/as conselheiros/as responsáveis pelo cumprimento dos indicadores da ENICC, para que fizessem um pequeno ponto de situação.-----

Iniciou a coordenadora do NACI, Marisa Horta, em nome do ACM, referindo que o ACM é responsável ou corresponsável pela concretização de 56 (cinquenta e seis) indicadores no ano de 2020 (dois mil e vinte), dos quais 14 (catorze) estão concretizados. Até ao final do ano contam concretizar os restantes indicadores, sabendo à partida que pelo menos 2 (dois) ou 3 (três) não serão possíveis de concretizar, nomeadamente o número ~~de~~ de projetos FAPE aprovados (estavam previstos 18 (dezoito) e foram aprovados 15 (quinze)). Indicou ainda que o ACM tem várias ações de formação previstas até ao final do ano, com o objetivo de concretizar o máximo de indicadores possível. Referiu ainda que a representante da saúde não estava presente na reunião, mas que o ACM contribuiu para que algumas das metas desta área fossem cumpridas, designadamente na área da formação. -----

Tomou a palavra de seguida a representante da Segurança Social, Maria João Almeida, que referiu que relativamente às questões dos modelos que estão previstos no âmbito da rede social quer ao nível do plano do desenvolvimento social, quer ao nível do diagnóstico social (duas medidas do objetivo 1), no que toca à organização destes instrumentos de planeamento, que era importante considerar a utilização de uma metodologia participativa, ou seja, contar-se também com a comunidade cigana para a elaboração desse diagnóstico. Neste sentido, referiu que no âmbito da Lei 50 de 2018 (regulada este ano pelo Decreto-Lei 55) a Segurança Social tem uma descentralização de competências para as autarquias locais no âmbito da ação social, estando a rede a ser coordenada pelos Municípios. Ainda que haja alguns territórios coordenados pela Segurança Social, esta descentralização faz com que se denote diferentes velocidades de concretização deste indicador. A ~~e~~ eConselheira referiu ainda que, dadas as circunstâncias referidas anteriormente, seria importante fazer uma revisão desta meta, incluído a Associação Nacional de Municípios na concretização da mesma. No que diz respeito à contabilização de pessoas ciganas acompanhadas pelos serviços da Segurança Social, é feita trimestralmente a nível distrital uma recolha destes dados. Foi sublinhado que os efeitos da pandemia também se sentiram na Segurança Social, principalmente pela necessidade de



reorganização de todo o sistema de Ação Social, mas também pelo aumento de pedidos de ajuda por parte dos/as cidadão/as. Com esta reorganização deu-se uma maior afluência de atendimentos por telefone, sobretudo relativos a pedidos de ajuda relacionados com bens alimentares, sendo que nestes casos não se conseguiu fazer a monitorização de quantas pessoas ciganas recorreram a esta forma de atendimento. No entanto, através dos centros comunitários pôde saber-se que existiram muitas pessoas ciganas a recorrer ao apoio alimentar. À data da reunião do CONCIG, o Instituto da Segurança Social tinha agendada uma formação sobre Comunidades Ciganas: Abordagens à Intervenção, tendo sido alertado pela representante que seriam necessárias mais ações deste tipo, considerando o elevado número de funcionários/as que a Segurança Social abrange. -----

Tomou de seguida a palavra a representante da Direção Geral de Educação, Aida Brito, em substituição da conselheira Lina Varela. Começou por referir que também este serviço sentiu os efeitos da pandemia, nomeadamente o encerramento das escolas a partir de março. Ainda assim, conseguiram cumprir o indicador referente à produção de um relatório acerca da escolarização das comunidades ciganas, que tinha como data limite de publicação o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2020 (dois mil e vinte), e que já se encontra publicado. Este relatório foi elaborado pela DGE~~EC~~ em colaboração com a DG~~EEC~~. A representante da DGE referiu ainda que está previsto um encontro, em colaboração com o ACM, ainda neste ano civil, sobre a apresentação dos dados e discussão de políticas e práticas. No que diz respeito ao indicador “nº de ações dirigidas às escolas TEIP, tendo em vista reforçar o envolvimento de mediadores/as interculturais”, o mesmo encontra-se em processo, sendo que as escolas TEIP reportaram até meados de outubro dados relativos ao ano letivo de 2019-2020, sendo que um dos itens refere-se à identificação de ações de capacitação consideradas relevantes. Neste momento está a ser realizada a análise estatística e a análise de conteúdo, uma vez que se trata de um indicador descritivo. A representante da DGE referiu que seria útil para o trabalho nesta área termos informação sobre quais as escolas que têm mediadores/as ciganos/as. ~~A representante da DGE solicitou ao ACM que, se possível, facultasse a lista de mediadores/as ciganos/as a trabalhar nas escolas.~~ Quanto ao objetivo estratégico 5, cujo cumprimento é da responsabilidade da DGE, afirmou que os indicadores relacionados com o mesmo serão provavelmente ainda cumpridos neste ano, nomeadamente a criação do Guião Pedagógico com orientações e boas práticas para a integração de meninas e meninos ciganos/as na educação pré-escolar. Esta meta deveria ter sido cumprida no final de 2019 (dois mil e dezanove) mas encontra-se neste momento em fase de conclusão. Relativamente ao indicador “recursos pedagógicos produzidos no domínio interculturalidade no âmbito da ENEC” (sobre anticiganismo e história e cultura cigana) foi divulgado na página da DGE o booklet de boas práticas resultantes livro que fechou do programa RISE – Roma Inclusive School Experiences. Ainda neste objetivo, irão realizar uma ação de formação intitulada: “A inclusividade e interculturalidade como dimensões críticas da educação das crianças e jovens ciganos/as”, que



será dirigida a duas turmas. Em novembro e dezembro para a primeira turma e em janeiro e fevereiro para a segunda turma.-----

A Sra. Alta-comissária pediu à coordenadora do NACI, Marisa Horta, que pudesse partilhar com a representante da DGE as informações que o ACM tem sobre mediadores/as ciganos/as a trabalharem nas escolas, sendo que a coordenadora do NACI referiu que já tinha articulado com a conselheira Lina Varela sobre este assunto.-----

O conselheiro Vítor Almeida, representante da CIG, tomou a palavra e referiu que realizaram em 2020 (dois mil e vinte) a capacitação de profissionais que contactam com pessoas das comunidades ciganas, nas matérias que a CIG trabalha, nomeadamente violência de género, violência doméstica, saúde sexual e reprodutiva e, casamentos e gravidezes precoces. Estas ações foram levadas a cabo pela delegação do norte da CIG e também por algumas organizações da sociedade civil apoiadas pela Comissão, orientadas principalmente para as questões dos casamentos e gravidezes precoces. Estas ações tiveram lugar no Seixal, Barreiro e Odivelas e foram dirigidas a técnicos de projetos do Programa -eEscolhas. Houve também uma ação dirigida a mulheres e jovens ciganas. Lançaram ainda uma *Open Call*, para projetos que visam melhorar a proteção das vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica, no âmbito do financiamento EEA Grants. Os projetos aprovados serão, segundo o conselheiro, ferramentas que podem vir a combater a violência contra as mulheres e violência doméstica a nível local, em grupos mais vulneráveis, quer sejam mulheres migrantes, mulheres ciganas, ou outras. ~~Com este concurso o indicador 4.2.1. da ENICC “Concurso lançado para programas específicos para a intervenção junto de vítimas de VMVD em situação de especial vulnerabilidade, em virtude da interseção de vários fatores de discriminação, nomeadamente mulheres e raparigas ciganas” foi cumprido, ainda que com algum atraso, visto o cumprimento deste indicador estar previsto para junho de 2019 (dois mil e dezanove).~~-----

De seguida tomou a palavra Alexandra Botelho, representante da área da Cultura. Começou por referir a dificuldade que a pandemia trouxe ao sector, comprometendo o desenvolvimento do trabalho. Ainda assim, relativamente ao primeiro trimestre do ano destacou ~~que no âmbito do plano das artes foram constituídos recursos educativos que envolvem características culturais dedicadas à dança e à música das comunidades ciganas~~ que no âmbito do Plano Nacional das Artes estão disponibilizados online recursos educativos relativos a características culturais da dança e música das comunidades ciganas. Em Elvas, através da associação “UM COLETIVO” trabalhou-se a dimensão da aproximação do cinema às crianças ciganas que moram no bairro de São Pedro, assim como a dimensão mais expressiva nomeadamente com o agrupamento de escolas nº 3. Também em Elvas foi possível proceder às gravações do projeto “Música Cigana a Gostar dela Própria”, não sendo o mesmo possível em Gaia (como estava previsto) devido ao confinamento. A conselheira Alexandra Botelho referiu ainda que



tem a expectativa de recuperar até ao final do ano muito do que estava planeado mas que não foi possível concretizar até à data.-----

Tomou posteriormente a palavra, a conselheira Paula Carvalheira, da DGRSP, através do chat da plataforma, referindo que a DGRSP tem tido dificuldades na contratualização de Mediadores Interculturais, o que dificulta o cumprimento da Medida 3.1.2. Atualmente estão, em colaboração com a Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra, a implementar um Programa Piloto no Estabelecimento Prisional de Coimbra. Desde já anteciparam dificuldades devido aos Estabelecimentos Prisionais estarem com medidas rígidas de entrada de pessoas nos espaços, tendo por base o plano de contingência no âmbito da Covid19. Não obstante, estão a trabalhar no sentido da implementação deste projeto-piloto.--- Seguidamente tomou a palavra a conselheira Adélia Costa do IEFP, informando que a situação pandémica também se fez sentir neste instituto ainda que as atividades nunca tenham sido completamente suspensas no âmbito dos serviços de emprego. Ao nível da formação profissional, a atividade esteve suspensa por cerca de 3 (três) meses o que dificultou a concretização das metas da ENICC. Ainda assim, a maioria dos indicadores estão a ser cumpridos, mas não estão a superar os valores de 2019 (dois mil e dezanove), um dos objetivos do IEFP. Existe um indicador que normalmente este instituto tem dificuldade em concretizar “N.º de mulheres ciganas contratadas no âmbito das Medidas Contrato Emprego e Prémio Emprego/Estágios Profissionais”, ainda que sejam mulheres ciganas contratadas através de contratações diretas. Neste sentido a conselheira considera que este indicador terá que ser revisto, uma vez que as mulheres ciganas são contratadas mas não no âmbito da medida do emprego apoiado. Acrescentou ainda uma preocupação adicional relacionada com o serviço à distância (videoconferência, email) em que aparentemente as pessoas ciganas têm menor acesso. Ainda que os serviços presenciais estejam em funcionamento, são muitas as pessoas que optam pelos serviços à distância, até como forma de proteção. Contudo, relativamente às comunidades ciganas não é este o cenário, notando-se um decréscimo de pessoas ciganas que se inscrevem para pedidos de emprego, ao contrário da restante população, para quem se verificou um grande aumento, podendo ser a falta de acesso a meios tecnológicos a causa.-----

Posteriormente tomou a palavra o representante da PSP, Fábio Carreto, em substituição do conselheiro Hugo Guinote, que afirmou que também neste serviço se sentiram os efeitos da pandemia, mas que ainda assim conseguiram cumprir o indicador que têm na sua responsabilidade para 2020 (dois mil e vinte), que também já havia sido superado no ano de 2019 (dois mil e dezanove).-----

A conselheira Rita Mendes, representante do IHRU, sublinhou que este instituto não desagrega os dados por origem étnico-racial, o que impede a que se consiga calcular o número de pessoas ciganas abrangidas, e consequentemente dificulta a concretização dos dois indicadores pelos quais são responsáveis. Referiu ainda que, relativamente ao programa 1ºDireito, são 6 (seis) os municípios que estão a desenvolver este programa, podendo passar a



8 (oito) muito brevemente. Relembrou que o facto de estarem pessoas ciganas envolvidas no programa 1ºDireito depende das estratégias locais de habitação dos próprios municípios, que poderão ter plasmada a necessidade de reabilitação de fogos pertencentes a pessoas ciganas, ou não, não estando esta matéria na responsabilidade do IHRU. Deu também nota de que as ações previstas designadamente ao nível do programa da habitação Habitat, que tem como objetivo a questão da qualificação, não só das infraestruturas, mas também da inclusão através da mobilização de pessoas ciganas para as associações de moradores, já foram totalmente concretizadas. Relativamente ao número de fogos intervencionados, ao não ser possível fazer-se a desagregação dos dados por origem étnico-racial, não se consegue cumprir este indicador, tendo a conselheira sugerido que este indicador fosse revisto.-----

Neste sentido, a Sra. Alta-comissária referiu que também o ACM está a tentar arranjar uma solução que facilite a questão da desagregação dos dados por origem étnico-racial.-----

De seguida tomou a palavra a representante da CNPDPCJ, Teresa Ferreira, em substituição da conselheira Rosário Farmhouse. Referiu que as 3 (três) ações de formação previstas já estão agendadas para o mês de novembro, concretizando-se desta forma o indicador que têm à sua responsabilidade.-----

Seguiu-se a conselheira Cristina Pessoa, representante da DGEstE, que indicou ter os contributos das direções de serviços sobre os mediadores ciganos a trabalhar em escolas e sobre as boas práticas desempenhadas nas mesmas, e que estão a ser analisados. Já está também a ser efetuado o contacto com a DGE de forma a serem acertados os contributos da DGEstE para o guião pedagógico.-----

Tomou a palavra a conselheira Ana Carla Assunção, representante do IPDJ, que referiu continuar a haver uma grande dificuldade em identificar os/as jovens ciganos/as que se inscrevem nos programas de voluntariado, visto não estar prevista nenhuma pergunta sobre a origem étnico-racial nos formulários que são preenchidos, acrescentando que as inscrições para estes programas são feitas através de uma plataforma *online*. Informou que está a ser feito um esforço por parte dos serviços para se ultrapassar este constrangimento que impede a concretização dos indicadores. Ainda assim, através de uma informação informal dos responsáveis pelos programas de voluntariado da Delegação de Lisboa e Vale do Tejo, obteve o reporte de existirem 4 jovens ciganos/as inseridos/as nestes programas. Foi referido ainda que a Delegação de Lisboa e Vale do Tejo faz parte do consórcio do Projeto Escolhas “Agir+” que trabalha neste momento com 20 (vinte) jovens de ciganos/as, ainda que este não seja um indicador da responsabilidade do IPDJ.-----

Posteriormente, a Sra. Alta-comissária abriu espaço para comentários/sugestões/questões para quem quisesse intervir, pedindo primeiramente a palavra a conselheira Alexandra Castro. Esta conselheira deixou uma pequena nota relativamente à intervenção da conselheira representante do IHRU, lembrando que existe um estudo do IHRU de 2016 (dois mil e dezasseis) referente à caracterização da situação habitacional das famílias ciganas, acrescentando que seria importante cruzar os dados dos municípios que aderiram ao 1ºDireito



com este estudo, para que se possa verificar se as carências habitacionais das comunidades ciganas estão de facto a ser melhoradas com este programa. Sugeriu ainda que fosse o IHRU a pedir estes dados aos municípios para que se percebesse também se as famílias ciganas estão a aceder efetivamente às ofertas de habitação que são colocadas. Relembrou ainda que existe outro estudo sobre as carências habitacionais da população portuguesa, que deverá contar também com as carências habitacionais das comunidades ciganas. Terminou sublinhando que com estas informações, e com um contacto direto entre o IHRU e os municípios, há a possibilidade de se chegar a uma informação mais concreta.-----

Pedi posteriormente a palavra o conselheiro Francisco Monteiro, que perguntou a que se referia o termo “aprovação dos relatórios de execução da ENICC”, sendo que os/as conselheiros/as que quiseram deram os seus contributos, e através da partilha dos/as conselheiros/as se percebia que havia uma discrepância acentuada entre os objetivos propostos e os realizados. Perguntou ainda qual o papel dos/as conselheiros/as nesta matéria da aprovação dos relatórios de execução da ENICC.-----

A Sra. Alta-comissária respondeu dizendo que a aprovação dos relatórios dos anos anteriores diz respeito a um entendimento comum e a uma aprovação nesse sentido, daquilo que foi recolhido e sistematizado naqueles relatórios, relativamente ao que foi implementado durante aqueles anos.-----

A coordenadora do NACI, Marisa Horta, complementou esta informação dizendo que as informações partilhadas pelos/as conselheiros/as durante esta reunião diziam respeito ao ponto de situação da execução da ENICC relativamente ao ano de 2020 (dois mil e vinte), e os relatórios falados no ponto anterior diziam respeito aos anos de 2017 (dois mil e dezassete), 2018 (dois mil e dezoito) e 2019 (dois mil e vinte).-----

Pedi a palavra a conselheira Maria do Rosário Carneiro, que começou por agradecer o reporte feito pelos/as conselheiros/as, sublinhando posteriormente uma preocupação relacionada com o facto de a ENICC ter indicadores de ação e não indicadores de impacto. Referiu que temos informação sobre as ações que são feitas mas não conseguimos obter informação relativamente ao resultado destas ações, que é o grande objetivo da estratégia. Sugeriu que deveria começar a ser pensado a definição de indicadores de resultado, para que se possa medir o impacto das ações que são desenvolvidas. Deu alguns exemplos de medidas que não se conseguem medir os impactos, como a desconstrução de estereótipos, que nesta situação pandémica atual se verificou que, quando era notificados surtos da doença Covid19, apenas era referida a etnia quando se tratavam de pessoas ciganas, noutros casos era apenas revelada a região onde ocorria o surto. Sublinhou também que, no caso da educação, sabe-se que houve um aumento de alunos/as ciganos/as nas escolas, mas não é possível aferir o impacto deste aumento. Acrescentou ainda que se sabe os efeitos que a pandemia teve nas crianças com a retirada das escolas, mas não se sabe que efeitos tiveram nas comunidades pobres ciganas, cujo acesso às novas tecnologias era muito limitado, nem o que se está a fazer para ajudar no regresso destas crianças à escola. Referiu por último que teve a oportunidade



de ler de uma forma geral o plano do novo quadro estratégico da EU relativamente aos/às ciganos/as e que percebeu que neste plano já estão previstos indicadores de impacto, tais como “reduzir para, pelo menos, metade a percentagem de ciganos com experiências de discriminação”, algo que deve também ser adaptado em Portugal, para que se perceba em que medida é que a estratégia está de fato a corresponder à integração das comunidades ciganas.-- A Sra. Alta-comissária referiu que este assunto será mais debatido no próximo ponto da ordem de trabalhos que diz respeito exatamente à proposta para a nova estratégia Europeia que tem impactos na definição das estratégias nacionais nesta matéria. Referiu ainda que os/as conselheiros/as têm a liberdade para fazerem propostas ao ACM, havendo abertura para discussão com o intuito de melhorar a estratégia, sendo certo que a estratégia foi definida, está publicada, está em implementação ~~e ainda que possa~~ apesar de haver margem para se alterarem algumas coisas, outras alterações terão que ser reservadas para a próxima estratégia.-----

Pedi novamente a palavra a conselheira Maria do Rosário Carneiro que esclareceu que o que pretendia sugerir era que em termos de metodologia do acompanhamento da execução da estratégia, ainda que não esteja previsto, que o ACM ou outra entidade, por exemplo o OBCIG, mesmo que a título experimental, comesse a formular indicadores de resultados, sob pena de não se conseguir efetuar um acompanhamento adequado daquilo que está definido como indicador da ação. -----

A Sra. Alta-comissária respondeu dizendo que apelou ao envolvimento dos/as conselheiros/as na elaboração dessas propostas, no sentido daquilo que é a missão do CONCIIG, que é acompanhar a implementação da estratégia e garantir que a mesma efetivamente produz resultados, estando o ACM disponível a contribuir para esse fim.-----

Pedi a palavra a Diretora do Departamento de Apoio à Valorização da Diversidade, Luísa Malhó, para dar nota que no âmbito do Programa Escolhas, dos atuais 101 (cento e um) projetos em curso, tem havido um levantamento semanal dos/as alunos/as ciganos/as que não têm ido à escola, havendo uma articulação com as escolas, quando tal sucede. Foi feito também um levantamento por parte do NACI destes dados junto das associações ciganas, havendo uma articulação com a DGE com o intuito de se solucionar estas questões.-----

De seguida tomou a palavra a conselheira Cristina Milagre, que sugeriu às conselheiras da DGE e da DGEstE que o levantamento sobre mediadores/as ciganos/as a trabalhar nas escolas TEIP fosse mais abrangente e contabilizasse, não só os/as mediadores/as ciganos/as, mas quaisquer mediadores/as que desempenhassem funções em escolas. Sugeriu ainda que se verificasse se existem mediadores/as nas escolas que apresentaram candidatura ao edital do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e também ao abrigo do diploma de organização do ano escolar, em que algumas escolas poderão ter contratado mediadores/as. Acrescentou que esta informação é muito importante para se poder inserir estes mediadores/as na formação já desenvolvida pelo ACM, no âmbito do projeto de mediadores municipais interculturais. Sobre a área do emprego e formação, a conselheira sublinhou a importância de se criarem laços



entre as associações ciganas e os centros de emprego e formação profissional, sobretudo com as associações de mulheres ciganas, que poderão ajudar a sinalizar mulheres ciganas que estejam disponíveis e que queiram entrar no mercado de trabalho formal. O ACM poderá ajudar a criar estes laços entre as associações ciganas e os restantes institutos. A conselheira Cristina Milagre aconselhou ainda que, no que diz respeito à dificuldade sinalizada pelo IIEFP das famílias ciganas fazerem contactos à distância, usassem o mesmo método utilizado pelos projetos do Programa Escolhas no final do último ano letivo, que levavam e traziam os trabalhos escolares às crianças que não tinham acesso a computadores. Através destes canais de organizações locais que têm contacto direto com as famílias, pode trocar-se informação relevante entre o IIEFP e as famílias. Relativamente ao IHRU a conselheira pediu que, como dado de execução, fosse partilhado o número total de fogos por concelho, para que posteriormente se possa fazer um cruzamento de dados. Pediu ainda que fossem referidos quais os municípios que fizeram um acordo de cooperação no âmbito do 1ºDireito e referiu ainda que estes acordos de cooperação deveriam ser feitos entre o ACM, o IHRU e os Municípios, tal como previa o indicador. Sugeriu que os próximos acordos de cooperação incluam também o ACM, que poderá à partida indicar quais os municípios onde poderiam ser feitos estes acordos de cooperação mesmo enquanto experiências piloto, para que o 1ºDireito fosse implementado da melhor forma possível através do exemplo de boas práticas.-----

Tomou de seguida a palavra a conselheira Mariana Bettencourt que partilhou a informação que a Direção de Serviços de Igualdade e Cidadania, em parceria com o Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal, está a realizar um estudo sobre os processos de inclusão e exclusão social da comunidade cigana da Região Autónoma da Madeira e os contributos da mediação intercultural. Este estudo vem no seguimento de um projeto já existente ao nível da mediação, em que já foi dada formação a vários elementos da comunidade cigana, havendo já um mediador cigano num bairro social. Este estudo servirá também para avaliar a realidade efetiva da comunidade cigana na Madeira.-----

A Sra. Alta-comissária sugeriu que uma vez terminado este estudo poderia ser apresentado numa das reuniões do CONCIG.-----

A conselheira Maria José Casa-Nova tomou a palavra fazendo uma reflexão global constatando que os progressos conseguidos são de facto relativamente ténues dada a necessidade real neste momento de pandemia. Disse Referiu que deveriam construir-se sinergias entre os vários ministérios, para que de facto se conseguisse mudar determinadas situações, nomeadamente, no que diz respeito à ausência de condições de habitabilidade, visto existirem milhares de pessoas ciganas que não têm sequer acesso a água potável. Este tipo de intervenção seria fundamental, em que os diferentes ministérios articulariam com os secretários regionais que foram nomeados neste tempo de pandemia, mas que até ao momento não se tem visto resultados na prática, do ponto de vista da sua atuação nas respetivas regiões.-----



A Sra. Alta-comissária respondeu dizendo que a intervenção da conselheira Maria José Casa-Nova foi muito pertinente, e que ficará registada. Sugeriu ainda que o CONCIG pudesse tomar alguma posição nesta matéria, mas visto a conselheira da Associação Nacional de Municípios já não se encontrar presente na reunião, o ACM encarregar-se-ia de fazer um follow-up por email, junto de todos os/as conselheiro/as, para que posteriormente se possa fazer uma proposta neste sentido.-----

Passou-se assim ao ponto 5 da ordem de trabalhos, apresentação da “EU Roma Strategic Framework for e Equality, Inclusion and Participation for 2020-2030”. (apresentação em anexo).-----

Após a apresentação a conselheira Cristina Milagre pediu a palavra para relembrar que Portugal presidirá a União Europeia no primeiro trimestre de 2021 (dois mil e vinte e um), sendo que esta recomendação será aprovada ainda pela presidência de Portugal, provavelmente em março. Informou ainda que a ENICC portuguesa tem vigência até 2022 (dois mil e vinte e dois), ao contrário das estratégias da maioria dos estados membros que terminam em 2020 (dois mil e vinte), e que ainda está em tomada de decisão se Portugal suspende a atual estratégia e inicia a nova estratégia a par dos restantes estados membros ou se continuará até 2022 (dois mil e vinte e dois) com a estratégia atual, começando a nova estratégia mais tarde. Sublinhou ainda que quando se redesenhar a estratégia, as questões levantadas pelas conselheiras Maria Rosário Carneiro e Maria José-Casa-Nova serão tidas em grande consideração, assim como as questões relacionadas com a desagregação dos dados étnico-raciais e com o antiganismo.-----

Passou-se assim ao ponto 6 (seis) da ordem de trabalhos “Ponto de situação dos projetos em curso apoiados pelo ACM” (apresentação em anexo).-----

No ponto 7 (sete) da ordem de trabalhos “Outros Assuntos”, pediu a palavra a conselheira Adélia Costa, para solicitar que lhe fosse enviada uma lista com as associações ciganas existentes, com os contatos das mesmas.-----

Pediu também a palavra a conselheira Maria do Rosário Carneiro, referindo-se ao orçamento de estado de 2021 (dois mil e vinte e um), diz não ser claro qualquer esforço financeiro na área da promoção da integração das comunidades ciganas. Referiu ainda que o relatório refere-se à definição das políticas públicas de reforço à integração de imigrantes, refugiados e portugueses ciganos, manifestando a sua perplexidade, por um lado porque as políticas públicas de reforço à integração englobem os 3 grupos e por outro que os portugueses ciganos sejam elencados depois dos imigrantes e refugiados. Considerando a reorganização orgânica do ACM, questionou ainda, qual a localização que a questão da promoção da integração das comunidades ciganas terá neste novo desenho. -----

A Sra. Alta-comissária respondeu que efetivamente está prevista uma alteração da lei orgânica do ACM e que a mesma está ainda em fase de elaboração no gabinete, da qual se dará conta a seu tempo.-----



A conselheira Cristina Milagre acrescentou que não tem resposta ainda para as questões colocadas pela conselheira Maria do Rosário Carneiro, mas que tomou nota das mesmas.-----
Após se verificar que não havia mais intenções de intervenção, a Sra. Alta-comissária deu por terminada esta reunião.-----

22 de outubro de 2020